

Proposta de pacto divide empresários

O presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Levy Nogueira, mostrou-se favorável à idéia de um pacto para o controle dos aumentos, mas com a condição de que a negociação não seja coordenada pelo Governo. Sua proposta é a criação de "pequenas constituintes", com representantes dos trabalhadores, de empresários, do Legislativo, Judiciário e Executivo para discutir preços e salários.

— Não se deve repetir as experiências anteriores da coordenação centralizadora do Governo. A sociedade é que precisa se responsabilizar pelo pacto.

Como representante do setor que fatura Cr\$ 6,37 trilhões e responde por 80% do abastecimento do país, Levy Nogueira (do Grupo Epa, de Belo Horizonte) não acredita em grandes mudanças a curto prazo.

— O problema mais sério no país é o da falta de investimentos. Não se pode culpar a queda do poder aquisitivo por tudo, embora realmente os salários estejam achatados e o nível de em-

prego muito baixo. Na realidade as empresas não têm motivação por causa do perverso sistema tributário. O centro das mudanças deve ser a reforma tributária.

O presidente do Grupo Sendas, Arthur Sendas, concorda com a idéia do pacto, mas ressalta também como fundamental a reforma fiscal.

— Todos — Governo, Congresso e empresários — devem dar a sua experiência, sua sugestão para o ajuste da economia.

Para o diretor superintendente do Três Poderes, Manoel Fontes, a trégua é uma opção válida, por ser diferente de um congelamento. Adverte, entretanto, que os empresários e trabalhadores só terão confiança em participar se o Governo cumprir a sua parte e levar a sério o acordo. Já o diretor comercial do Rainha, Francisco Esteves é radical em sua posição de que o mercado de preços e salários tem que operar livremente.

— É melhor nem falar nisso. Trégua fica só no blá-blá-blá.